

## CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO DE BETIM  
Dia 06/09/2018  
Edição: 1633  
Assinatura Servidor: [assinatura]  
Matrícula: [matrícula]

### 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA

Aos seis dias do mês de junho de 2018, na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasília – Betim, compareceram os membros do Conselho Fiscal de Previdência, nomeados conforme o Decreto Municipal nº 40.849, de 31 de julho de 2017, dentre os quais: 1) Manoel Lopes Gonçalves – titular representante dos servidores inativos e pensionistas e Presidente do CFP; 2) Cynthia Aparecida Espaladori de Brito – titular representante do Poder Executivo; 3) Janaina Paschoalin Dias Burni – titular representante do Poder Executivo; 4) Elias de Oliveira Júnior – titular representante do Poder Executivo; 5) Vanilda Corrêa de Souza Santiago – titular representante do Poder Legislativo; 6) Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SindUte) e sua suplente Andreia Costa Pereira dos Santos; 7) José Braga Vieira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração e 8) Fernanda Pinho de Brito – suplente representante dos servidores inativos e pensionistas. Pelo Ipremb, a senhora Letícia Fonseca de Paula Lima – Presidente; a senhora Liliane Moraes da Fonseca Costa e Silva; a senhora Alessandra Cassimiro Drumond; o senhor Adenilson Carvalho Oliveira Santos – membro do Comitê de Investimentos - Cominv; a senhora Isabela Lara Ferreira – Auditora; a senhora Helenice Quaresma Silva e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues que foi designada para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Apresentação da nova Presidente do Ipremb; 2) Assinatura de atas de reuniões anteriores; 3) Considerações gerais. Constatado o quórum, o Presidente do CFP Manoel abre a sessão, às 14 horas e 20 minutos. Ressalta que a reunião ordinária é atinente ao mês de maio/2018, cancelada anteriormente em virtude da paralisação dos caminhoneiros. Dispensa a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada por e-mail aos conselheiros em tempo hábil e a mesma segue para assinatura. Passa a palavra para a Presidente do Ipremb Letícia que faz uma breve apresentação, coloca-se a disposição para contribuir com as atividades do Conselho e solicita reciprocidade. O Presidente do CFP Manoel retoma a palavra e comunica que recebeu o Ofício nº 65/2018 expedido pelo Sind-Ute Betim solicitando cópia do Relatório Técnico Conclusivo elaborado pela Comissão Especial de Averiguação, referente à situação e aplicações financeiras do Ipremb e fala que em breve irá respondê-lo. De antemão explica que o CFP não tem autonomia sobre os atos do Poder Executivo, bem como a Comissão não

[assinaturas]



tem obrigação de replicar seu parecer ao Conselho. Cabe ao Poder Executivo decidir publicizar ou não. Ressalta que compete ao Poder Executivo definir quem assume o cargo de Presidente do Ipremb, que é um cargo de livre nomeação e exoneração. Quanto à investigação da Polícia Federal – PF ainda não foi concluída. A conselheira Andrea Deborah comenta que a destituição do ex- Presidente do Ipremb Renato Lanza já era algo previsto desde a criação da Comissão Especial de Averiguação, como foi brevemente avaliado por alguns conselheiros informalmente, que se tratava de questão política. Comenta ainda que o ofício enviado ao CFP, expedido pelo Sind-Ute Betim, também foi enviado ao Conselho Municipal de Previdência e à Secretaria de Governo. A Procuradoria Geral do Município respondeu ao ofício informando que não foi redigido um relatório, o parecer conclusivo da Comissão foi discutido verbalmente com o Poder Executivo. O Presidente do CFP Manoel lamenta não ter acesso ao posicionamento da Comissão Especial de Averiguação. A conselheira Andrea Deborah considera o ofício remetido ao CFP respondido, conforme argumentos apresentados na presente reunião, não havendo necessidade de oficializar em outro documento. A conselheira Janaína comenta que os representantes do Ipremb apresentam dados nas reuniões do CFP que remetem ao Instituto de forma clara e precisa, mas não possui competência técnica para contestar, assim considera imprescindível qualificar os membros para maior segurança de suas ações. O Presidente do CFP Manoel concorda e acrescenta ser necessário inteirar mais sobre as questões que envolvem principalmente os investimentos. A conselheira Fernanda comenta que participou apenas da primeira reunião do CFP, neste mandato, e mesmo sem embasamento técnico, conseguiu acompanhar, com facilidade, todo o conteúdo exposto. Diz que ficou surpresa com a destituição do ex-Presidente do Ipremb Renato Lanza, que chegou ao seu conhecimento ter sido exonerado supostamente por uma aplicação de recursos indevida. Discorda da legislação vigente, Lei Municipal 4275/2005, que estabelece que o Presidente do Ipremb seja nomeado pelo Prefeito. Acredita que o cargo deveria ser ocupado através de um processo de eleição. O Presidente do CFP Manoel acrescenta que cabe interesse ao Poder Executivo para que a mudança ocorra. A Presidente do Ipremb Letícia observou a necessidade de publicizar mais as questões que tratam da carteira de investimentos com informações específicas sobre cada fundo. Há preocupação por parte da Presidência em capacitar os membros dos Conselhos, bem como todos os funcionários do Ipremb, a fim de debater com mais propriedade, deliberar e aprovar assuntos de sua competência. A conselheira Andrea Deborah fala que participou, há alguns anos, da capacitação em CPA-10, mas tal capacitação não garante aplicações totalmente assertivas. Acredita que a gestão anterior agiu de boa fé, atendendo tempestivamente as demandas do Conselho de

 2 de 7



forma clara e objetiva. Comenta que os fundos que compõem a carteira de investimentos são todos regularizados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Banco Central – Bacen e Secretaria de Previdência (Ministério da Fazenda). Lembra que o CFP é corresponsável enquanto agente fiscalizador. Acrescenta que o Fundo Multimercado Sculptor, fundo investigado pela PF, está sob suspeita de irregularidades e não há, até o momento, nada concluído. A Presidente do Ipremb Letícia completa que mesmo os fundos regularizados pela CVM e Bacen não possuem garantia de serem fundos com lastro. Fala que há muitos fundos que investem em outros fundos que por sua vez estão atrelados a outras aplicações. Ressalta que a Divisão de Investimentos está apurando a situação de cada fundo que compõe a Carteira de Investimentos do Ipremb para situar melhor os Conselhos. Informa que existe um, por exemplo, que investe em outros 80 (oitenta) fundos. Destes, atualmente alguns estão causando prejuízos, frisa que só contempla prejuízo de fato no ato do resgate e há expectativas de progresso. O Presidente do CFP Manoel demonstra preocupação com fundos cujos produtos estão atrelados a terrenos no estado do Rio de Janeiro e alguns estados do Nordeste do país. O membro do Comitê de Investimentos – Cominv Adenilson toma a palavra, se apresenta, informando ser servidor do Ipremb desde 2013, integrante do Comitê de Investimentos desde 2015, esclarece que há visitas em loco para acompanhar os investimentos. Fala que o mercado econômico interfere significativamente na rentabilidade da carteira. Cita o Fundo BTGPactual, que é um fundo de estrutura e projetos. O fundo investe em empresas especializadas na criação de projetos, comprando suas ações. O valor investido pelo Ipremb é pago através de dividendos. O Fundo BTGPactual investe em três grandes empresas. Uma destas empresas investe em cabo óptico para acesso a internet. A outra empresa trabalha com logística através de trem de ferro, que teve aumento na procura do serviço durante e após a paralisação dos caminhoneiros garantindo uma boa rentabilidade. A terceira empresa é a Sete Brasil, que produz sonda para perfuração de Petróleo. Foi desenvolvida especificamente para prestação de serviços a Petrobras. Com a Operação Lava Jato a Sete Brasil ficou inviabilizada de exercer suas atividades, não por competência da empresa, mas devido à crise financeira enfrentada pela Petrobras. Ressalta que o Fundo BTGPactual não apresenta rentabilidade negativa, pois as duas empresas nele contidas, compensam o prejuízo da Sete Brasil. Comenta que há fundos com carência de resgate a longo prazo e por esta característica tornam-se mais rentáveis. Os títulos públicos, por exemplo, que são mais seguros pagam inflação + 5% (cinco por cento); os títulos de longo prazo chegam a pagar inflação + 15% (quinze por cento). A Presidente do Ipremb Letícia lembra que o Ipremb segue a Resolução CMN 3922/2010 e suas alterações. Enfatiza que a maioria dos fundos que





compõem a carteira do Instituto são fundos conhecidos e respeitados em âmbito nacional. O membro do Cominv Adenilson esclarece que a CVM e o Bacen restringiram os limites de aplicações em renda variável no sentido de minimizar os riscos. Salienta que os investimentos são fiscalizados pela Secretaria de Previdência. O servidor pode acompanhar todas as ações pelo site da Previdência Social. Quanto aos fundos investigados pela PF, informa que são 2 (dois) fundos: Tower Bridge, cujo aporte sucedeu em 2012 e o resgate foi efetuado em 2017, e Multimercado Sculptor, cujo aporte ocorreu em 2017 e verificou-se dificuldade de liquidez, provável motivo que ocasionou a investigação da PF. O fundo em questão é um fundo a longo prazo cuja previsão inicial para resgate é de 1825 (hum mil, oitocentos e vinte e cinco) dias; pondera que realizar o resgate antes do prazo final gera perda contratual de 30% (trinta por cento) do valor aplicado. Comenta que a Gradual Investimentos, administradora de fundos, foi recentemente liquidada pelo Bacen por não seguir a legislação, por fraude e corrupção. O Presidente do CFP Manoel pergunta se está sob responsabilidade da Gradual Investimentos o valor de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais). O membro do Cominv Adenilson responde que até o momento sim. Ressalta que os títulos pertencem aos fundos do qual se realizaram os aportes e não da agência administradora, porém é ela quem assume judicialmente as questões aos fundos atrelados. Há em âmbito nacional cerca de 500 (quinhentas) instituições administradoras. Esclarece que há casos que a gestão e a administração são feitas por uma única instituição. Neste caso a instituição gestora foi vendida para outra instituição. Haverá assembleia entre os cotistas para definir quem será a nova administradora. Enfatiza que os bancos mais tradicionais nem sempre oferecem os melhores produtos. A conselheira Andrea Deborah diz que em reunião anterior levantaram a possibilidade de ajuizar uma ação para efetuar o resgate dos recursos aplicados no fundo Multimercado Sculptor sem a multa de 30% (trinta por cento). O membro do Cominv Adenilson informa que até o momento não foi feito. Acrescenta que há situações em que o fundo fecha impedindo a retirada de recursos antes do término da carência. A Presidente do Ipremb Letícia diz que está sendo estudada esta possibilidade de entrar com uma ação judicial. Ressalta que a investigação para apurar a situação do fundo Multimercado Sculptor é sigilosa, não havendo previsão de conclusão. O conselheiro Elias comenta que pela internet é possível acompanhar os passos da investigação Papel Fantasma. Dá as boas vindas à nova Presidente do Ipremb. Lembra que desde a criação do Instituto em 2005 o cargo de Presidente é de livre nomeação e exoneração. O membro do Cominv Adenilson faz uma observação sobre o fundo Multimercado Sculptor, cuja participação na carteira representa 4% (quatro por cento) do total, ou seja, havendo prejuízo o mesmo não inviabiliza o





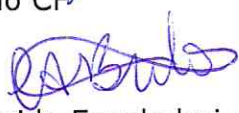
funcionamento do Instituto. O conselheiro José Braga parabeniza a equipe e solicita uma cartilha informativa para distribuição aos servidores. A conselheira Andrea Deborah lembra que na primeira gestão do Ipreamb criou-se uma cartilha muito completa e bem feita, porém a linguagem não foi didática e esclarecedora. A Presidente do Ipreamb Letícia aproveita para dizer que o site do Ipreamb será modificado, inclusive para um domínio governamental, permitindo um fácil acesso. Em seguida informa que irá propor um projeto de lei para alterar a estrutura organizacional do Instituto. O plano é criar a Seção de Gestão de Risco, que será responsável pela parte atuarial, mantendo a consultoria contratada para a realização da reavaliação atuarial, mas sem se tornar totalmente dependente da mesma e ficará também responsável pela auditoria de investimentos; a Seção de Governança, Programas e Compliance; a Seção de Tesouraria e a Seção de Comunicação e Gestão de Projetos. Comenta que a proposta da nova estrutura organizacional será apresentada ao Conselho Municipal de Previdência – CMP para apreciação e aprovação, seguida de envio ao Executivo e para posterior aprovação da Câmara Municipal de Betim. A conselheira Andrea Deborah comenta que o Poder Executivo alterou a legislação que trata da aposentadoria determinando o aguardo da conclusão do processo em exercício. Ressalta que o servidor já deveria estar afastado no momento do requerimento, tendo em vista que cumpriu todos os requisitos que garantem o direito a aposentadoria. Entende que o servidor tem o direito de receber os proventos retroativos a data de abertura do processo, pois o pagamento que recebe durante o período de aposentação refere-se a uma prestação de serviço à Prefeitura Municipal de Betim. A Presidente do Ipreamb Letícia esclarece que a lei que trata do assunto será modificada e já está em discussão. Uma das sugestões é a realização de um estudo prévio mais completo e criterioso, permitindo que ao requerer a aposentadoria o servidor passe imediatamente para a folha de pagamento do Ipreamb. A conselheira Andrea Deborah diz que muitos servidores aposentados nesta situação irão abrir processo administrativo solicitando o pagamento retroativo e, conforme a resposta ao pedido, se preciso pretendem entrar com ação judicial para garantir o reembolso. O conselheiro Elias pergunta se haverá aumento no número do quadro de funcionários. A conselheira Fernanda comenta que a morosidade na conclusão dos processos se deve também pela falta de funcionários. A Presidente do Ipreamb Letícia ressalta que há casos atípicos que demoram anos para serem concluídos e concorda que em geral a morosidade parte da falta de funcionários. Comenta que está sendo estudada a possibilidade de realização de concurso para suprir o quadro de servidores do Instituto. A conselheira Vanilda lembra que em reunião anterior foi discutido a questão do déficit técnico atuarial. Solicita um relatório



detalhado com as possíveis causas do aumento deste déficit e um controle mensal. A Auditora Isabela informa que na última reunião do CFP realizada no mês abril/2018 o técnico responsável pela elaboração da reavaliação atuarial, Senhor Raphael Cunha, participou esclarecendo todas as dúvidas, atendendo prontamente a solicitação do Conselho apresentada na reunião antecedente. O membro do Cominv Adenilson informa que o relatório atuarial é feito anualmente, não sendo possível apresentá-lo mensalmente. A Presidente do Ipremb Letícia diz que um dos fatores que contribuem com o aumento do déficit técnico atuarial é o aumento do número de aposentadoria e a diminuição dos contribuintes. O Presidente do CFP Manoel acrescenta que a falta de concurso público também contribuiu com o aumento do déficit. A conselheira Andrea completa que haverá terceirização em funções da Secretaria de Educação, gerando desequilíbrio. Outro fator que interfere é o achatamento das remunerações. A conselheira Fernanda sugere que, levando em consideração a projeção do grande número de aposentadorias para o próximo ano, que a Prefeitura convoque o servidor para providenciar os documentos necessários para a abertura do processo. A Presidente do Ipremb Letícia esclarece que a aposentadoria é voluntária e a iniciativa deve partir do servidor. O Presidente do CFP Manoel reitera as boas vindas à nova Presidente do Ipremb e declara encerrada a reunião, convocando todos os conselheiros para a próxima Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de Previdência que será realizada no dia 26 de junho de 2018, às 14 horas, na Sala de Reuniões do Ipremb, conforme Calendário de Reuniões 2018, publicado no Órgão Oficial do município de Betim em 1º de fevereiro de 2018. Sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Representantes do Conselho Fiscal:

  
Manoel Lopes Gonçalves – titular representante dos servidores inativos e pensionistas e Presidente do CF

  
Cynthia Aparecida Espaladori de Brito – titular representante do Poder Executivo

  
Janaina Paschoalin Dias Burni – titular representante do Poder Executivo

  
Elias de Oliveira Júnior – titular representante do Poder Executivo



*Vanilda*

Vanilda Correa de Souza Santiago – titular representante do Poder Legislativo

*Andrea Deborah da Costa*

Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

*Andreia Costa Pereira dos Santos*

Andreia Costa Pereira dos Santos – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

*Jose Braga Vieira*

José Braga Vieira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração

*Fernanda Brito*

Fernanda Pinho de Brito – suplente representante dos servidores inativos e pensionistas

Representantes do IPREMB

*Leticia Fonseca de Paula Lima*

Leticia Fonseca de Paula Lima – Presidente

*Liliane Moraes da Fonseca Costa e Silva*

Liliane Moraes da Fonseca Costa e Silva

*Alessandra Cassimiro Drumond*

Alessandra Cassimiro Drumond

*Adenilson Carvalho Oliveira Santos*

Adenilson Carvalho Oliveira Santos – membro do Comitê de Investimentos - Cominv

*Isabela Lara Ferreira*

Isabela Lara Ferreira – Auditora

*Helénice Quaresma Silva*

Helénice Quaresma Silva

*Darlene Rocha Nunes Rodrigues*

Darlene Rocha Nunes Rodrigues – Secretária para o ato.

